



P
**ARA APRENDER
COM A TERRA**
MEMÓRIAS E NOTÍCIAS
DE GEOCIÊNCIAS
NO ESPAÇO LUSÓFONO

Henriques, M. H., Andrade, A. I.,
Quinta-Ferreira, M., Lopes, F. C.,
Barata, M. T., Pena dos Reis, R.
& Machado, A.

Coordenação

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
2012

Versão integral disponível em digitalis.uc.pt

O ORDENAMENTO JURÍDICO NA TUTELA DO PATRIMÔNIO
NATURAL E O PAPEL DAS GEOTECNOLOGIAS
COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE

THE LEGAL SYSTEM IN THE NATURAL HERITAGE
PROTECTION AND THE ROLE OF GEOTECHNOLOGY
AS CONTROL INSTRUMENT

A. S. Uller¹, W. Uller² & J. M. Grott³

Resumo – Este trabalho tece considerações sobre “o ordenamento jurídico na tutela do patrimônio natural e o papel das geotecnologias como instrumento de controle científico e pericial”, estabelecendo como objetivo principal: *destacar o papel do ordenamento jurídico, em especial, do Direito Ambiental, na tutela do Patrimônio Natural, utilizando-se para isso das geotecnologias*. No transcorrer dos escritos é apresentado primeiramente um histórico sobre a área do Direito Ambiental no ordenamento jurídico brasileiro e mundial, citando suas múltiplas conectividades dentro da área jurídica e com outros campos do saber. Num segundo momento, é feita a definição de patrimônio e suas classificações, finalizando o trabalho com o conceito de geotecnologias e uma apresentação sobre a importância deste instrumento para o direito com alguns exemplos de aplicabilidade. Para tanto, utiliza-se o método de pesquisa qualitativa, tendo como procedimento básico o levantamento bibliográfico: livros científicos de conhecimento sobre a área especializada; e dispositivos do ordenamento jurídico: leis, doutrinas e jurisprudência. A conclusão sintetiza a idéia sobre o direito ambiental no âmbito transdisciplinar, bem como a necessidade de preservação do patrimônio natural, utilizando para isso do uso de geotecnologias junto à área jurídica, como exigência normativa para administrações públicas e privadas, e controle pericial, pela excelente propriedade de fidedignidade e facilidade de acompanhamento permanente em tempo real.

¹ Autora do Artigo e Pesquisa. Acadêmica do 10º Período de Direito – Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – Faculdades Integradas CESCAGE. Docente e Pesquisadora de Geografia UEPG. Doutora em Geografia (área de Cartografia) pela USP, Brasil; adrianauller@yahoo.com.br

² Professor de Metodologia de Pesquisa em Direito. Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – Faculdades Integradas CESCAGE. Doutorando em Educação pela USP, Brasil. waldiruller@bol.com.br

³ Professor de Direito Ambiental. CESCAGE e UEPG, Brasil.